

Política Nacional de Recursos Hídricos e seus instrumentos

José Antonio Tosta dos Reis
Departamento de Engenharia Ambiental
Universidade Federal do Espírito Santo



OBJETIVOS DA POLÍTICA



- I - Assegurar à atual e às futuras gerações a necessária disponibilidade de água, em padrões de qualidade adequados aos respectivos usos;
- II - A utilização racional e integrada dos recursos hídricos, incluindo o transporte aquaviário, com vistas ao desenvolvimento sustentável;
- III - A prevenção e a defesa contra eventos hidrológicos críticos de origem natural ou decorrentes do uso inadequado dos recursos naturais.



Área de um deslizamento de terra em Teresópolis.
Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 2011.



Carro, arrastado para dentro de uma igreja pelos deslizamentos de terra.
Nova Friburgo, 21 de janeiro de 2011.



Estrago causado pela lama proveniente dos deslizamentos de terra em Teresópolis.
Rio de Janeiro, 13 de janeiro de 2011.



Destruição causada pelas chuvas na região de Itaipava, em Petrópolis.
Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 2011.



Lago Paranoa. Brasília, agosto de 2001



Rio Xiangjiang River em Changsha, capital of central China's Hunan Province. Novembro de 2010

FUNDAMENTOS



- I - a água é um bem de domínio público;
- II - a água é um recurso natural limitado, dotado de valor econômico;
- III - em situações de escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos é o consumo humano e a dessedentação de animais;
- IV - a gestão dos recursos hídricos deve proporcionar o uso múltiplo das águas;
- V - a bacia hidrográfica é a unidade territorial para o gerenciamento de recursos hídricos;
- VI - a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do **Poder Público**, dos **usuários** e das **comunidades**.

DIRETRIZES GERAIS DE AÇÃO



Figura 1: Gestão dos Recursos Hídricos
Fonte: ANA (2009)

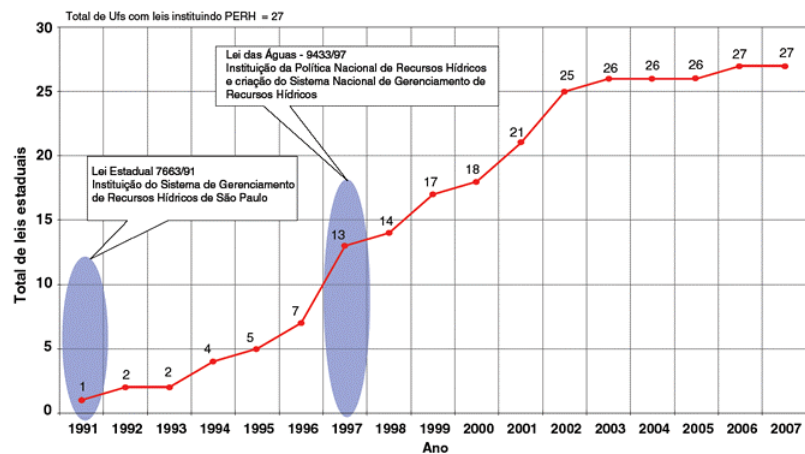


Figura 2: Implementação de leis estaduais de Recursos Hídricos
Fonte: ANA (2009)

- O Estado de São Paulo foi o primeiro a possuir uma política própria para os recursos hídricos sob seu domínio, sendo editada em 1991, a Lei nº 7.663.
- Estados do Ceará (1992), Santa Catarina (1994), Rio Grande do Sul (1994), Bahia (1995), Rio Grande do Norte (1996) e Paraíba (1996)

INSTRUMENTOS



- I - os Planos de Recursos Hídricos;
- II - o enquadramento dos corpos de água em classes, segundo os usos preponderantes da água;
- III - a outorga dos direitos de uso de recursos hídricos;
- IV - a cobrança pelo uso de recursos hídricos;
- V - a compensação a municípios;
- VI - o Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos.



PLANOS DE RECURSOS HÍDRICOS



Planos diretores que visam fundamentar e orientar a implementação da PNRH e o gerenciamento dos recursos hídricos

Bacias hidrográficas, Estados e União

Planos de longo prazo, com horizonte de planejamento compatível com a implantação de seus programas e projetos

Conteúdo mínimo

- I. **diagnóstico** da situação atual dos recursos hídricos;
- II. análise de alternativas de **crescimento demográfico**, de evolução de **atividades produtivas** e de modificações dos padrões de **ocupação do solo**;
- III. **balanço** entre disponibilidades e demandas futuras dos recursos hídricos, em quantidade e qualidade, com identificação de conflitos potenciais;
- IV. **metas** de racionalização de uso, aumento da quantidade e melhoria da qualidade dos recursos hídricos disponíveis;

Conteúdo mínimo

- V. medidas a serem tomadas, programas a serem desenvolvidos e projetos a serem implantados para o atendimento das metas previstas;
- VI. **prioridades para outorga** de direitos de uso de recursos hídricos;
- VII. **diretrizes e critérios para a cobrança** pelo uso dos recursos hídricos;
- VIII. propostas para a criação de **áreas sujeitas a restrição** de uso, com vistas à proteção dos recursos hídricos.

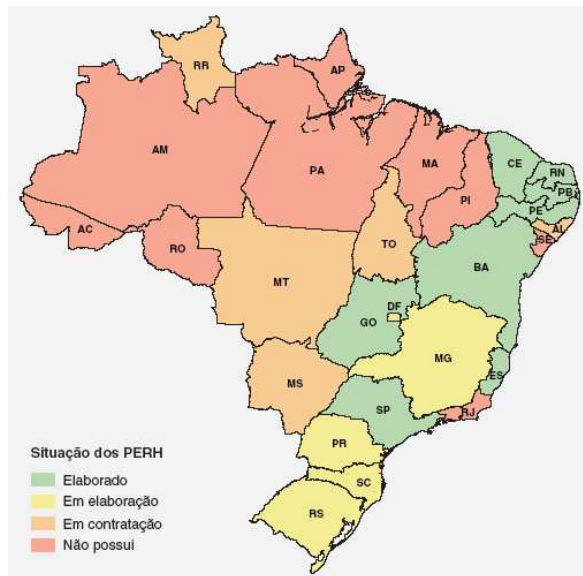


Figura 3: Situação dos Planos Estaduais de Recursos Hídricos em 2007
 Fonte: ANA (2009)

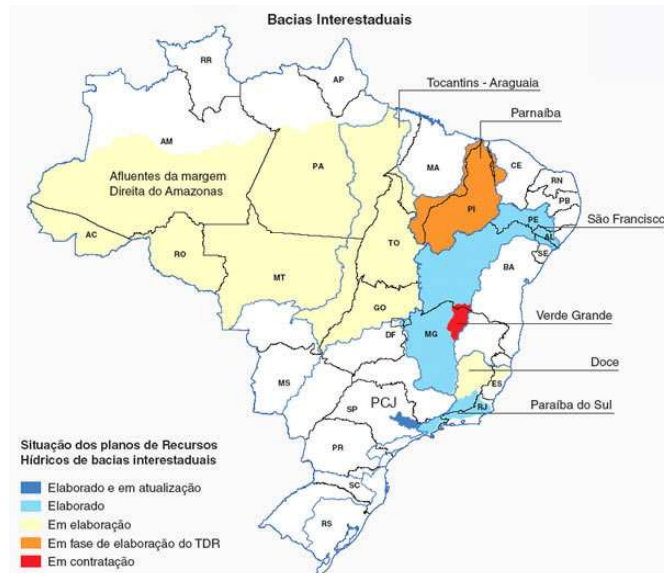


Figura 4: Situação dos planos em bacias interestaduais
 Fonte: ANA (2009)

ENQUADRAMENTO

Referência para os demais instrumentos de gestão de recursos hídricos (outorga, cobrança, planos de bacia) e instrumentos de gestão ambiental (licenciamento, monitoramento), sendo, portanto, um importante elo entre o SINGREH e o Sistema Nacional de Meio Ambiente

Objetivos

- I. Assegurar às águas qualidade compatível com os usos mais exigentes a que forem destinadas;
- II. diminuir os custos de combate à poluição das águas, mediante ações preventivas permanentes.

Resolução nº 357, de 17 de março de 2005, do Conselho Nacional de Meio Ambiente

Quadro 1 - Classificação das águas doces do Território Nacional segundo a Resolução CONAMA nº 357

Classes	Usos previstos
Águas doces	Especial Ao abastecimento para consumo humano, com desinfecção; À preservação do equilíbrio natural das comunidades aquáticas; e, À preservação dos ambientes aquáticos em unidades de conservação de proteção integral.
	1 Ao abastecimento para consumo humano, após tratamento simplificado; À proteção das comunidades aquáticas; À recreação de contato primário, tais como natação, esqui aquático e mergulho, conforme Resolução CONAMA 274/00; À irrigação de hortaliças que são consumidas cruas e de frutas que se desenvolvam rentes ao solo e que sejam ingeridas cruas sem remoção de película; e, À proteção das comunidades aquáticas em Terras Indígenas.
	2 Ao abastecimento para consumo humano, após tratamento convencional; À proteção das comunidades aquáticas; À recreação de contato primário, tais como natação, esqui aquático e mergulho, conforme Resolução CONAMA 274/00; À irrigação de hortaliças, plantas frutíferas e de parques, jardins, campos de esporte e lazer, com os quais o público possa vir a ter contato direto; e, À aquicultura e à atividade de pesca.
	3 Ao abastecimento para consumo humano, após tratamento convencional ou avançado; À irrigação de culturas arbóreas, cerealíferas e forrageiras; À pesca amadora; À recreação de contato secundário; e, À dessedentação de animais.
	4 À navegação; e À harmonia paisagística.

OUTORGA



Objetivo

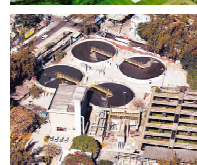
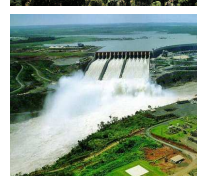
Assegurar o controle quantitativo e qualitativo dos usos da água e o efetivo exercício dos direitos de acesso à água.

A outorga efetivar-se-á por ato da autoridade competente do Poder Executivo Federal, dos Estados ou do Distrito Federal.

A outorga não implica a alienação parcial das águas, que são inalienáveis, mas o simples direito de seu uso.

Usos sujeitos a outorga

- I. Derivação ou captação de parcela da água existente em um corpo de água para consumo final, inclusive abastecimento público, ou insumo de processo produtivo;
- II. Extração de água de aquífero subterrâneo para consumo final ou insumo de processo produtivo;
- III. Lançamento em corpo de água de esgotos e demais resíduos líquidos ou gasosos, tratados ou não, com o fim de sua diluição, transporte ou disposição final;
- IV. Aproveitamento dos potenciais hidrelétricos;
- V. Outros usos que alterem o regime, a quantidade ou a qualidade da água existente em um corpo de água.



Independem de outorga

- I. o uso de recursos hídricos para a satisfação das necessidades de pequenos núcleos populacionais, distribuídos no meio rural;
- II. as derivações, captações e lançamentos considerados insignificantes;
- III. as acumulações de volumes de água consideradas insignificantes.



Suspensão da outorga

- I. não cumprimento pelo outorgado dos termos da outorga;
- II. ausência de uso por três anos consecutivos;
- III. necessidade premente de água para atender a situações de calamidade, inclusive as decorrentes de condições climáticas adversas;
- IV. necessidade de se prevenir ou reverter grave degradação ambiental;
- V. necessidade de se atender a usos prioritários, de interesse coletivo, para os quais não se disponha de fontes alternativas;
- VI. necessidade de serem mantidas as características de navegabilidade do corpo de água.

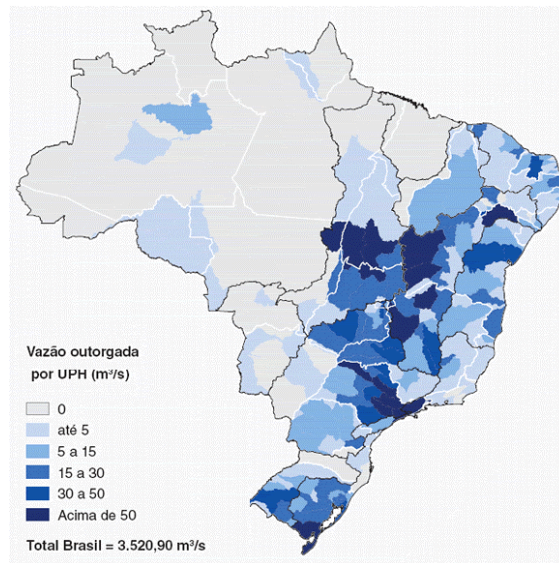


Figura 5: Distribuição das vazões outorgadas no país por Unidade de Produção Hídrica
 Fonte: ANA (2009)

Percentual de vazão outorgada quanto às principais finalidades

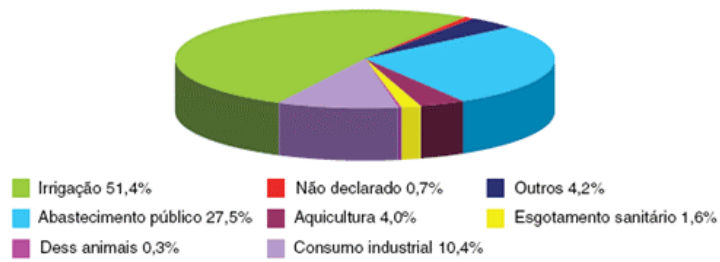


Figura 6: Distribuição das vazões outorgadas no Brasil quanto aos usos
 Fonte: ANA (2009)

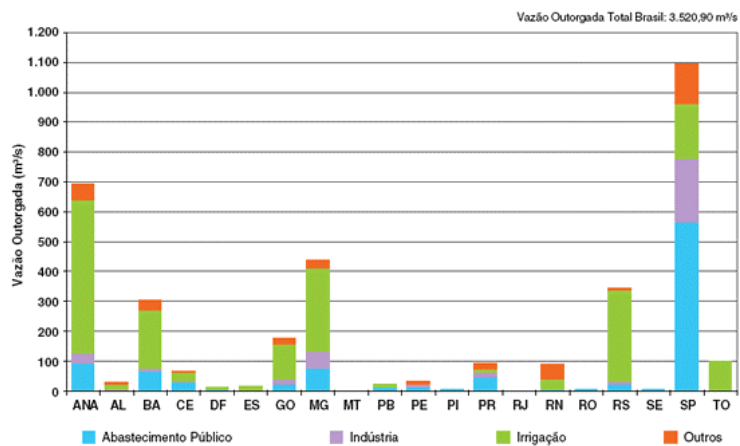


Figura 7: Distribuição da vazão outorgada por uso e dominialidade
Fonte: ANA (2009)

COBRANÇA



Objetivos

- I. Reconhecer a água como bem econômico e dar ao usuário uma indicação de seu real valor;
- II. Incentivar a racionalização do uso da água;
- III. Obter recursos financeiros para o financiamento dos programas e intervenções contemplados nos planos de recursos hídricos.

OUTORGA → **COBRANÇA**

Fixação dos valores cobrados

- I. nas derivações, captações e extrações de água, o volume retirado e seu regime de variação;
- II. nos lançamentos de esgotos e demais resíduos líquidos ou gasosos, o volume lançado e seu regime de variação e as características físico-químicas, biológicas e de toxicidade do afluente.

Aplicação prioritariamente na bacia hidrográfica

- I. Financiamento de estudos, programas, projetos e obras incluídos nos Planos de Recursos Hídricos;
- II. Despesas de implantação e custeio administrativo dos órgãos e entidades integrantes do SINGERH.

7,5%

Valores de cobrança por setor

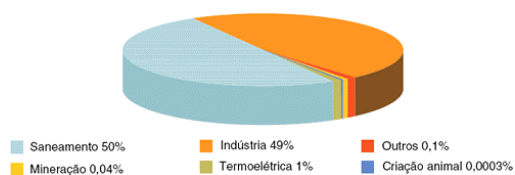


Figura 8 - Distribuição da cobrança entre os setores para a bacia do Rio Paraíba do Sul
Fonte: ANA (2009)

Valores da cobrança por setor

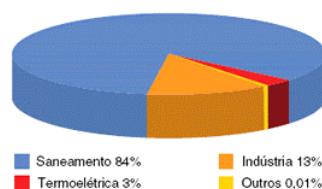


Figura 9 - Distribuição da cobrança entre os setores para a bacia do PCJ
Fonte: ANA (2009)

SISTEMA DE INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HÍDRICOS



Coleta, tratamento, armazenamento e recuperação de informações sobre recursos hídricos e fatores intervenientes em sua gestão.

Princípios básicos

- I. Descentralização da obtenção e produção de dados e informações;
- II. Coordenação unificada do sistema;
- III. Acesso aos dados e informações garantido à toda a sociedade.

Objetivos

- I. Reunir, dar consistência e divulgar os dados e informações sobre a situação qualitativa e quantitativa dos recursos hídricos no Brasil;
- II. Atualizar permanentemente as informações sobre disponibilidade e demanda;
- III. Fornecer subsídios para a elaboração dos Planos de Recursos Hídricos.

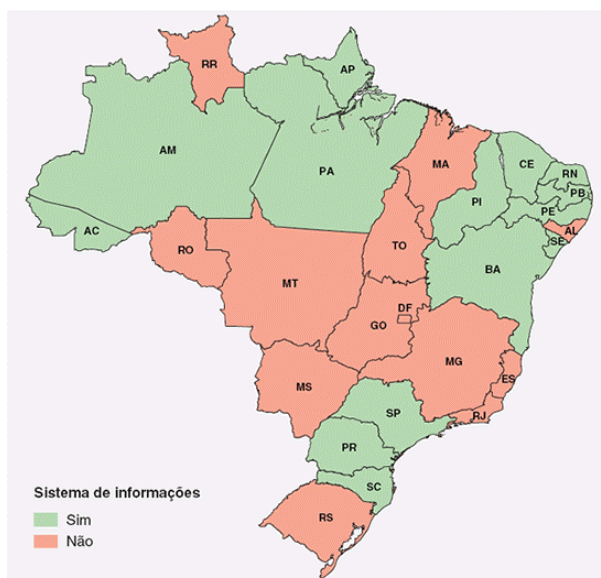


Figura 10: Sistemas de informações nos estados
Fonte: ANA (2009)

COMITÊS DE BACIA HIDROGRÁFICA



Área de atuação

- I. a totalidade de uma bacia hidrográfica;
- II. sub-bacia hidrográfica de tributário do curso de água principal da bacia, ou de tributário desse tributário; ou
- III. grupo de bacias ou sub-bacias hidrográficas contíguas.

Composição dos comitês de rios de domínio da União

- I. da União;
- II. dos Estados e do Distrito Federal cujos territórios se situem, ainda que parcialmente, em suas respectivas áreas de atuação;
- III. dos Municípios situados, no todo ou em parte, em sua área de atuação;
- IV. dos usuários das águas;
- V. das entidades civis de recursos hídricos com atuação comprovada na bacia.

Rios fronteiriços e transfronteiriços

Representante do Ministério das Relações Exteriores.

Bacias cujos territórios abranjam terras indígenas

- I. da Fundação Nacional do Índio - FUNAI;
- II. das comunidades indígenas ali residentes ou com interesses na bacia.

Competências

- I. Promover o debate das questões relacionadas a recursos hídricos e articular a atuação das entidades intervenientes;
- II. Arbitrar, em primeira instância administrativa, os conflitos;
- III. Aprovar o Plano de Recursos Hídricos da bacia;
- IV. Acompanhar a execução do Plano de Recursos Hídricos da bacia;
- V. Propor ao CNRH ou CERH's as acumulações, derivações, captações e lançamentos de pouca expressão, para efeito de isenção da obrigatoriedade de outorga de direitos de uso de recursos hídricos;
- VI. Estabelecer os mecanismos de cobrança pelo uso de recursos hídricos e sugerir os valores a serem cobrados;
- VII. Estabelecer critérios e promover o rateio de custo das obras de uso múltiplo.

Das decisões dos Comitês de Bacia Hidrográfica caberá recurso ao Conselho Nacional ou aos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos.

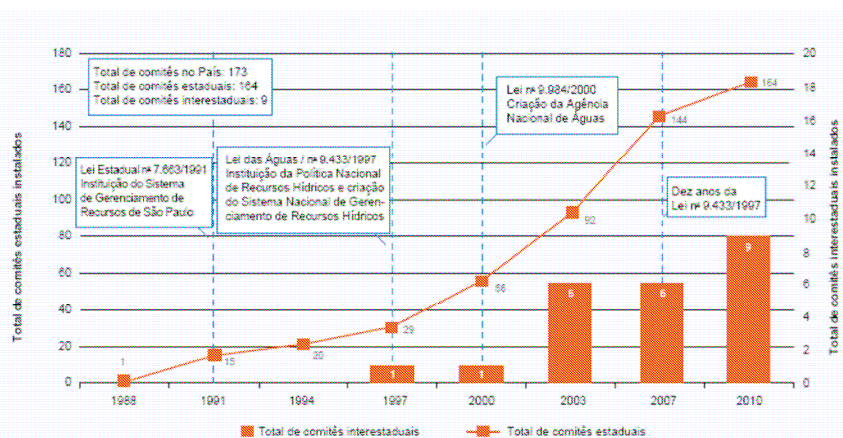


Figura 11: Evolução dos Comitês de Bacia Estaduais e Interestaduais

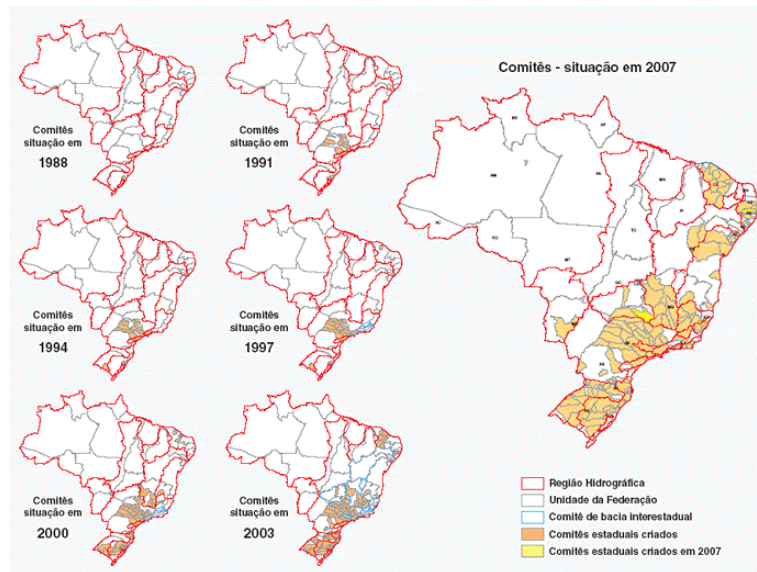
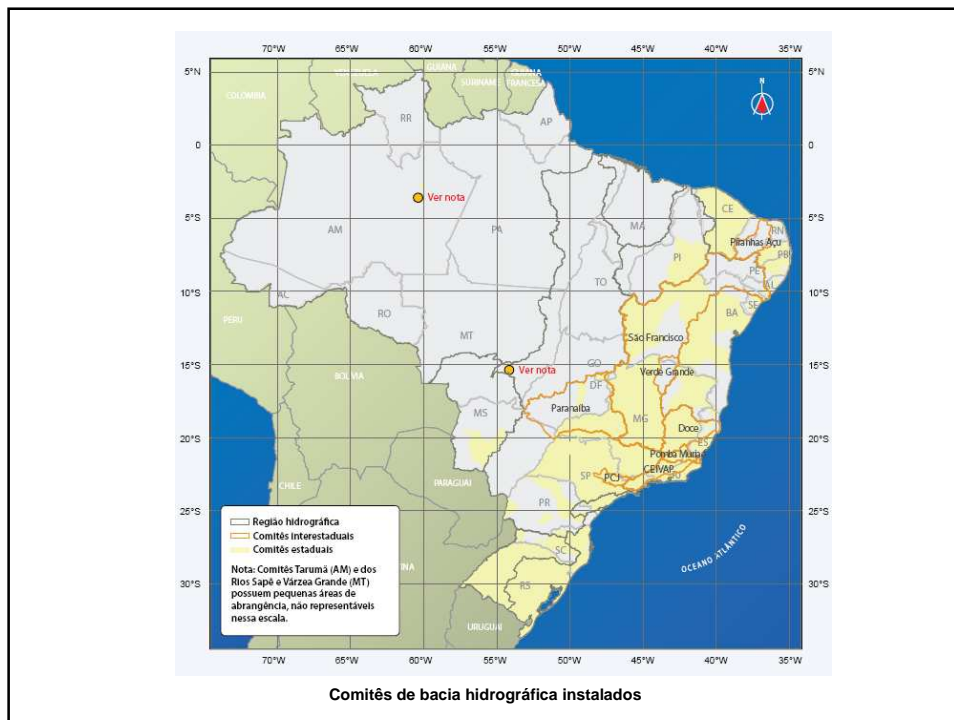


Figura 12: Avanço da criação de Comitês de Bacia no Brasil
 Fonte: ANA (2009)



AGÊNCIAS DE ÁGUA



Secretaria executiva do respectivo ou respectivos Comitês de Bacia Hidrográfica.

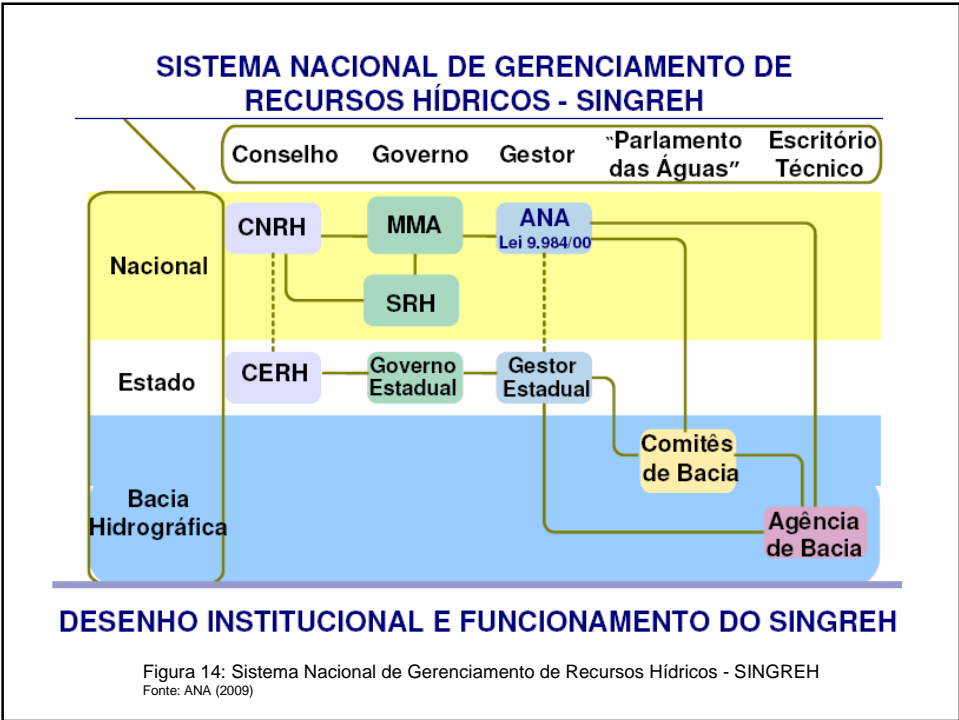
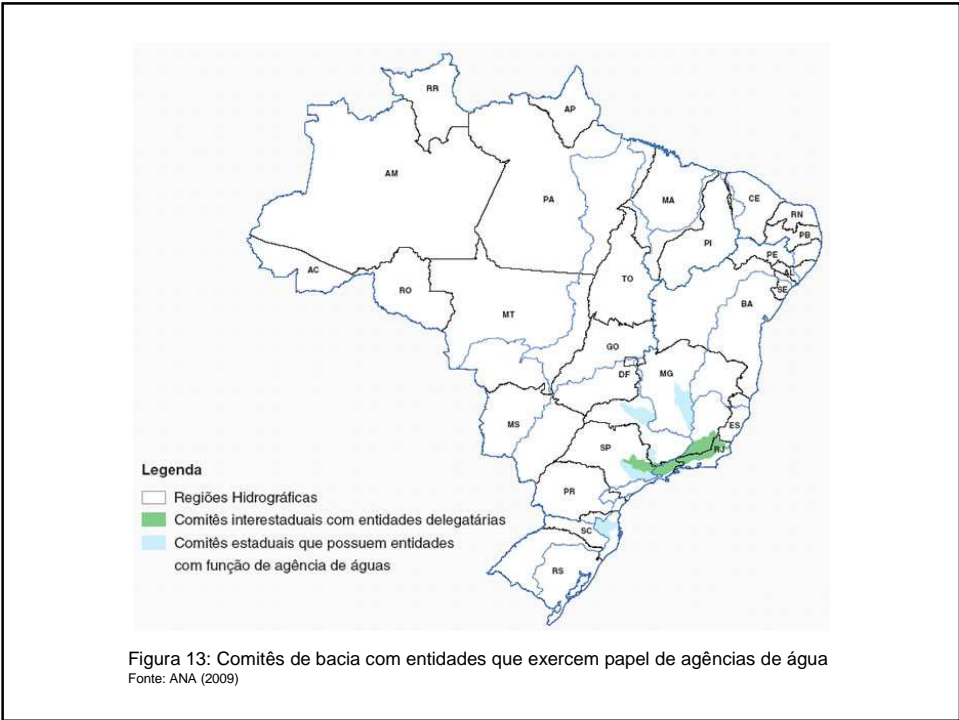
Terão a mesma área de atuação de um ou mais Comitês.

Requisitos para criação

- I. Prévia existência do respectivo ou respectivos Comitês de Bacia Hidrográfica;
- II. Viabilidade financeira assegurada pela cobrança do uso dos recursos hídricos em sua área de atuação.

Algumas atribuições

- I. Manter balanço atualizado da disponibilidade de recursos hídricos;
- II. Manter o cadastro de usuários;
- III. Efetuar, mediante delegação do outorgante, a cobrança;
- IV. Gerir o Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos;
- V. Elaborar o Plano de Recursos Hídricos para apreciação do respectivo Comitê;
- VI. Propor ao respectivo ou respectivos Comitês de Bacia Hidrográfica:
 - a) o enquadramento dos corpos de água nas classes de uso, para encaminhamento ao CNRH ou CERH's;
 - b) os valores a serem cobrados;
 - c) o plano de aplicação dos recursos arrecadados com a cobrança;
 - d) o rateio de custo das obras de uso múltiplo, de interesse comum ou coletivo.



RELAÇÃO ENTRE INSTRUMENTOS E SISTEMA

	CRH	ESTADO	COMITÊ	AGÊNCIA
PRH	■	▲		
PRH (Bacia)			■	●
ENQUADRAMENTO	■	▲	■	● ▲
OUTORGA	■	▲	■	
COBRANÇA	■ ■	▲	■	● ◆
PENALIDADE		▲		◆

- | | | |
|------------------------|-------------------------|----------|
| ■ APROVA | ▲ ELABORA, EXECUTA | ● PROPÕE |
| ■ ESTABELECE CRITÉRIOS | ◆ EXECUTA POR DELEGAÇÃO | |

Figura 15: Relação entre Instrumentos e Sistema de Recursos Hídricos
Fonte: ANA (2009)

A BACIA DO RIO PARAÍBA DO SUL



CARACTERÍSTICAS DA BACIA

- Ocupa área de aproximadamente 55.500 km²:
 - São Paulo (13.900 km²);
 - Rio de Janeiro (20.900 km²); e
 - Minas Gerais (20.700 km²);
- Abrange 180 municípios:
 - 88 em Minas Gerais;
 - 53 no Estado do Rio; e
 - 39 no estado de São Paulo.
- A área da bacia corresponde a cerca de 0,7% da área do país e, aproximadamente, a 6% da região sudeste do Brasil.

A DEGRADAÇÃO DAS ÁGUAS

- disposição inadequada do lixo;
- desmatamento indiscriminado com a conseqüente erosão, que acarreta o assoreamento dos rios, agravando as conseqüências das enchentes;
- retirada de recursos minerais para a construção civil sem a devida recuperação ambiental;
- uso indevido e não controlado de agrotóxicos;
- extração abusiva de areia;
- ocupação desordenada do solo;
- pesca predatória;

SANEAMENTO BÁSICO

- 1 bilhão de litros de esgotos domésticos, praticamente sem tratamento, são despejados diariamente nos rios da bacia do Paraíba;
- 90% dos municípios da bacia não contam com estação de tratamento de esgotos.
- Aos efluentes domésticos somam-se 150 toneladas de DBO por dia, correspondente à carga poluidora derivada dos efluentes industriais orgânicos (sem contar os agentes tóxicos, principalmente metais pesados).
- A carga poluidora total da bacia do Paraíba, de origem orgânica, corresponde a cerca de 300 toneladas de DBO por dia.

A COMPOSIÇÃO DO COMITÊ DE BACIA CEIVAP

- **União:** 3 representantes;
- **Governos estaduais** (SP, MG, RJ): 3 representantes por estado;
- **Prefeituras** (SP, MG, RJ): 3 representantes por estado;
- **Usuários:** 8 representantes por estado;
- **Organizações civis:** 5 representantes por estado;

Total: 60 membros

COBRANÇA PELO USO DA ÁGUA

- Pioneira no cenário nacional;
- Início em março de 2003;
- Estão sujeitos à cobrança os usos de água localizados em rios de domínio da União da bacia, como por exemplo, os rios Paraíba do Sul, Muriaé e Pomba;
- Os usos de recursos hídricos em rios de domínio dos Estados estão sujeitos ao que estabelecem as leis estaduais.

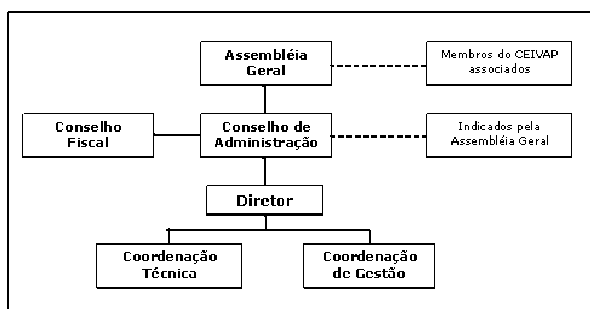
QUANTO É COBRADO?

- **A cobrança aplica-se à captação, ao consumo e ao lançamento dos recursos hídricos utilizados**

Setor	Unidade	Valor
Saneamento e Indústria	R\$/m ³	0,02
Agropecuária	R\$/m ³	0,0005
Aqüicultura	R\$/m ³	0,0004
Mineração de Areia	R\$/m ³	0,02

QUEM ADMINISTRA OS RECURSOS FINANCEIROS ARRECADADOS?

- Os recursos financeiros arrecadados em rios de domínio da União pela ANA são repassados integralmente à Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia do Rio Paraíba do Sul - **AGEVAP**.
- A **AGEVAP** tem a personalidade jurídica de uma associação civil de direito privado, sem fins lucrativos, cujos associados são membros do CEIVAP.



AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS
 SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E GESTÃO DE PESSOAS - SAF
 GERÊNCIA E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA - GEEFI
 COBRANÇA PELO USO DA ÁGUA - BACIA HIDROGRAFIA DO RIO PARAIBA DO SUL
 Arrecadação Por Estado - Exercício de 2009

Atualizado em: 27/2/2009

ESTIMATIVA DE ARRECADAÇÃO	MINAS GERAIS (R\$)	RIO DE JANEIRO (R\$)	SÃO PAULO (R\$)	TOTAL (R\$)
Estimativa de Arrecadação - Valor Nominal do Boleto	1.233.213,40	6.842.631,27	2.877.050,21	10.952.894,88

ARRECADAÇÃO EFETIVA	MINAS GERAIS (R\$)	RIO DE JANEIRO (R\$)	SÃO PAULO (R\$)	TOTAL (R\$)
Receita Nominal	950.890,59	2.991.652,16	2.543.844,34	5.007.680,83
Pagamento de Juros e Multa	18.460,74	71.672,09	239.375,85	329.514,08
Pagamento de Exercícios Anteriores	54.294,43	67.721,31	39.675,98	161.691,72
Parcelamento de Débitos	260.588,18	857.833,76	40.489,07	1.148.911,58
Outras Deduções/Compensações/Restituições	395,04	3.047,18	26.159,17	31.601,39
Total Pago no Exercício (R\$)	1.273.844,98	3.985.932,13	2.835.526,67	8.095.203,68

Atualizado em 11/09/2009

Tomador	Ações de Estruturais	Data da Assinatura Contrato	Data da Vigência do Contrato	Recurso de Cobrança (R\$)	Recurso Adicional (R\$)	Valor Total (R\$)	Valor Repassado (R\$)	Percentual Repassado (%)
PM Muriaé/MG	Construção ETE Safira	27/12/04	30/04/08	871.795,00	701.243,73	1.573.038,73	871.795,00	Concluído
PM Ubá/MG	Const. Rede Recaptura e ETE	27/12/04	30/01/09	1.095.793,00	219.159,60	1.314.951,60	-	Cancelado
PM Cachoeira Paulista/SP	Construção ETE	29/12/04	29/10/09	1.000.000,00	5.452.282,88	6.452.282,88	139.249,25	14%
PM Guaratinguetá/SP	Const. Coletor Tronco - Pedregulho	29/08/05	29/12/07	200.000,00	89.097,36	289.097,36	200.000,00	Concluído
PM Guaratinguetá/SP	Controle Erosão São Gonçalo	29/08/05	20/08/10	1.000.000,00	200.000,00	1.200.000,00	275.465,00	23%
PM Guaratinguetá/SP	Construção ETE Pedregulho	22/11/05	15/01/10	2.400.000,00	600.000,00	3.000.000,00	530.326,22	22%
PM Carangola/MG	Construção ETE	28/12/05	30/12/08	800.000,00	335.460,17	1.135.460,17	800.000,00	Concluído
SERLA - Campos/RJ	Recup. Comportas Canais - Campos/RJ	29/12/05	30/12/09	730.000,00	146.000,00	876.000,00	16.084,97	2%
PM Rodeiro/MG	Construção ETE	22/12/06	30/09/09	65.800,00	16.400,00	82.000,00	-	0%
PM Muriaé/MG	Construção ETE Pirapanema	29/12/06	30/09/09	97.841,10	26.821,31	124.662,41	55.013,79	56%
PM Barra Mansa/RJ	Construção de Emissário e ETE - Ano Bom	27/12/06	28/09/09	3.298.231,00	1.200.000,00	4.498.231,00	-	0%
PM Aparecida/SP	Const. ETE N S Socorro	28/12/06	31/03/09	179.776,00	49.887,86	229.663,86	-	Cancelado
PM Volta Redonda/RJ	Const. ETE Pt. das Garças	28/12/06	28/11/09	607.536,80	202.512,20	810.049,00	489.273,04	61%
PM Carangola/MG	Const. Interceptores de Esgoto	29/12/06	30/09/09	194.159,20	96.057,50	290.216,70	117.806,97	61%
PM Jacareí/SP	Const. Elevatória Pq dos Sinos	28/12/06	28/12/09	484.589,10	161.529,70	646.118,80	-	0%
PM Jacareí/SP	Const. Coletor Tron. Recalque B Branca	28/12/06	28/12/09	163.870,27	54.823,43	218.693,70	120.473,00	Concluído
PM Capivara/SP	Const. Coletor, Elevat. e Recalque - V. Mariana	28/12/06	28/12/09	506.226,66	128.557,17	632.783,83	351.931,12	70%
COPASA/MG	Proteção de Mananciais	25/01/07	16/12/08	246.625,74	164.417,16	411.042,90	-	Cancelado
PM Lavrinhas/SP	Recuperação Mata Ciliar	27/12/06	27/12/09	82.718,16	20.679,54	103.397,70	-	0%
PM Miradouro/MG	Recuperação de Mananciais	28/12/06	30/09/09	68.718,80	17.179,70	85.898,50	11.818,00	17%
Fund. Cristiano Rosa	Recuperação Mata Ciliar	30/08/07	30/08/09	95.767,67	23.941,97	119.709,64	95.767,67	100%
PM Tremembé/SP	Obra de Contenção Margem Paraiíba	27/12/06	25/09/09	171.297,33	42.824,33	214.121,66	-	0%
PM Santana Cataguases/MG	Triagem e Compostagem de Resíduo	28/12/06	28/02/09	64.300,80	16.075,21	80.376,01	-	Cancelado
PM Pequeno/MG	Triagem e Compostagem de Resíduo	28/12/06	14/11/08	142.795,62	35.698,90	178.494,52	-	Cancelado
PM Itamarati Minas/MG	Triagem e Compostagem de Resíduo	05/01/07	31/05/09	142.795,62	35.698,90	178.494,52	-	Cancelado

Atualizado em 11/09/2009

Tomador	Ações de Gestão	Data da Assinatura Contrato	Data da Vigência do Contrato	Recurso de Cobrança (R\$)	Recurso Adicional (R\$)	Valor Total (R\$)	Valor Repassado (R\$)	Percentual Repassado (%)
AMPAS	Prog. Educação Ambiental	10/11/05	30/12/06	99.733,00	-	99.733,00	99.733,00	Concluído
Fundação Casimiro Mombegno - ITA	Rede Ensino Gestores Recr. Hidricos	11/11/05	09/06/08	152.400,00	-	152.400,00	152.400,00	Concluído
Faenquill/USP	Monitoram. Ecotoxicológico Afluentes	11/11/05	06/01/09	120.994,10	-	120.994,10	120.994,10	Concluído
Instituto Okos	Gestão Partic. Usos Rec. Hidricos	11/11/05	30/12/06	85.730,00	-	85.730,00	85.730,80	Concluído
Instituto Ipiranema	Prog. Educação Ambiental Rural	11/11/05	11/03/09	14.085,00	-	14.085,00	14.085,00	Concluído
Associação Pescadores	Prog. Preserv. Ilhas Fluviais do RPS (lembrando que é uma continuação do CTO3/05)	12/12/05	31/01/07	61.400,00	-	61.400,00	61.400,00	Concluído
PM Paraíba/SP	Estudo Degrad. Solo Ambiental	20/12/05	20/12/09	115.300,00	-	115.300,00	-	Cancelado
PM Fervedouro/ MG	Prog. Educ. Amb. Micro Bacias-APA	12/12/05	12/07/07	25.840,00	6.460,00	32.300,00	25.840,00	Concluído
Consórcio BNG2	Prog. Ação Inform. Apoio Gestão RH	12/12/05	30/11/07	178.000,00	-	178.000,00	177.999,25	Concluído
PM Laranjal/MG	Prog. Educação Amb. Micro Bacias	12/12/05	12/03/07	18.640,00	4.660,00	23.300,00	18.640,00	Concluído
MAPA - Petrópolis	Prog. Mobil. Educ. Amb. Piabanha	12/12/05	12/09/06	75.000,00	-	75.000,00	75.000,00	Concluído
UENF - Univ. Norte Flum.	Prog. Conscientização Soc. Civil	27/12/05	27/02/07	40.300,00	-	40.300,00	40.300,00	Concluído
ACEVAP	Campanha do Uso Racional da Água - PROG (G) 04/05	10/5/06	31/3/07	46.750,00	-	46.750,00	46.750,00	Concluído
	Campanha do Uso Racional da Água - PROG (G) 04/05 Vol I Rioomba	30/6/06	31/7/07	22.175,00	-	22.175,00	22.175,00	Concluído
	Campanha do Uso Racional da Água - PROG (G) 04/05 Vol. II BNG2	15/9/06	28/9/07	22.175,00	-	22.175,00	22.175,00	Concluído
	Campanha do Uso Racional da Água - PROG (G) 04/05 Vol. III AMPAS	6/7/06	30/11/07	22.175,00	-	22.175,00	22.175,00	Concluído
	Campanha do Uso Racional da Água - PROG (G) 04/05 Vol. IV Fund. Cristiano Rosa	12/6/06	31/7/07	22.175,00	-	22.175,00	22.175,00	Concluído

Algumas perguntas relevantes sobre o modelo de gerenciamento dos recursos hídricos interiores

- Como avaliar eventos hidrológicos extremos?
- Como avaliar eventos hidrológicos extremos em locais sem um monitoramento sistemático ou confiável?
- Qual é a disponibilidade de água de um rio e como ela poderá variar entre estações e de um ano a outro?
- Qual é a vazão mínima que deve ser conservada num rio para manter seu equilíbrio ecológico?
- Como enquadrar um corpo d'água?
- Como a qualidade atual de um corpo d'água afeta seu enquadramento?
- Como avaliar a evolução da qualidade de um corpo d'água?
- Como determinar o nível de discretização na divisão de uma bacia hidrográfica?
- Como determinar os valores mínimos a serem cobrados pela água?
- Como articular a gestão dos recursos hídricos com a gestão ambiental ou a gestão do uso e ocupação do solo?